



26 DE JULHO DE 2017

Quarta-feira

- NOVA REGRA DO GOVERNO PODE MINAR INVESTIMENTO EM NOVAS EMPRESAS
- CAMEX DECIDE ADIAR FIM DE ACORDO MARÍTIMO COM O CHILE PARA 2020 E DESAGRADA CNI
- INDÚSTRIA RECLAMA DE FRETE MAIS CARO E PRESSIONA POR FIM DE ACORDO COM CHILE
- TEMER ASSINA TRÊS MEDIDAS PROVISÓRIAS PARA NOVO MARCO DA MINERAÇÃO
- TEMER: MODERNIZAMOS LEIS DO SETOR MINERAL PARA ATRAIR NOVOS INVESTIMENTOS
- MARCO REGULATÓRIO VAI TRANSFORMAR DNPM EM AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
- GOVERNO PUBLICA MPs QUE ALTERAM MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO
- RECEITA COM ROYALTIES DE MINERAÇÃO DEVE SUBIR 80% APÓS MUDANÇAS
- SETOR SIDERÚRGICO REDUZ PREVISÃO PARA VENDAS DE AÇO NO BRASIL EM 2017
- INCC-M FICA EM 0,22% EM JULHO ANTE 1,36% EM JUNHO, APONTA FGV
- MÃO DE OBRA CONTRIBUI PARA FORTE DESACELERAÇÃO DO INCC-M EM JULHO
- TAXAS DE JUROS OSCILAM PERTO DOS AJUSTES ANTES DE GOVERNO CENTRAL, COPOM E FED
- COM QUEDA DE JURO, RENDA FIXA DIMINUI ATRATIVIDADE
- SELIC DEVE VOLTAR A 1 DÍGITO APÓS 4 ANOS
- PAÍS PERDEU PODER DE GERAÇÃO DE CLIENTES DE GRANDES FORTUNAS, DIZ GESTORA GPS
- NÃO HÁ META PARA O PDV DO GOVERNO, AFIRMA DYOGO OLIVEIRA
- MESMO POSITIVO, PDV AINDA É ESTUDO PRELIMINAR DO PLANEJAMENTO, DIZ MEIRELLES

- ADESÃO A PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA NÃO SERÁ ELEVADA, RECONHECE MINISTRO
- SINDICATOS SÃO CONTRA PDV E MOSTRAM PREOCUPAÇÃO COM IMPACTO DO PLANO
- SINDICOMBUSTÍVEIS-PR APOIA DECISÃO DA JUSTIÇA DE SUSPENDER AUMENTO
- MEIRELLES AVISA QUE OUTROS IMPOSTOS PODEM SUBIR SE JUSTIÇA VETAR AUMENTO DE COMBUSTÍVEIS
- ARTIGO: RESPONDER COM TRIBUTO À ALTA DE GASTO É ESTRATÉGIA DESTINADA AO FRACASSO
- GOVERNO VÊ PERDA DIÁRIA DE R\$78 MI COM SUSPENSÃO DE IMPOSTOS SOBRE COMBUSTÍVEIS
- LIMINAR CONTRA PIS/COFINS DE COMBUSTÍVEIS TRAZ PREJUÍZOS MILIONÁRIOS, DIZ AGU
- GOVERNO DIRÁ QUE NOVENTENA NÃO SE APLICA A REGIME OPCIONAL DO PIS/COFINS
- AGU RECORRE CONTRA LIMINAR QUE SUSPENDE REAJUSTE DE IMPOSTOS SOBRE COMBUSTÍVEIS
- AGU: 'LEI PERMITE AUMENTO DE TRIBUTO DENTRO DE TETO LEGAL; NÓS CUMPRIMOS ISSO'
- POR QUE A GASOLINA NÃO BAIXA COM A MESMA RAPIDEZ COM QUE SOBE EM CURITIBA?
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO RECUA 2,3 PONTOS EM JULHO, DIZ FGV
- SOCIEDADE BRASILEIRA PRECISA RETORNAR AO CAMINHO DA 'NORMALIDADE'
- ATENDIMENTO EM REVENDAS MELHORA NA CRISE
- CAMEX ADIA DECISÃO SOBRE AUMENTO DA TARIFA DE IMPORTAÇÃO DO ETANOL
- APÓS REINAR SOZINHA, FORD BAIXA PREÇO DO NOVO ECOSPORT PARA ENFRENTAR RIVAIS
- REINO UNIDO VAI PROIBIR NOVOS CARROS A GASOLINA E DIESEL A PARTIR DE 2040, DIZ MINISTRO
- LUCRO LÍQUIDO DA GM SOBE 8,5% NO PRIMEIRO SEMESTRE
- MAN LA REÚNE CONCRETEIRAS NA FÁBRICA DE RESENDE
- SAINT GOBAIN COMPRA TEKbond, DO RAMO DE COLA E ADESIVOS
- GRUPO BMW ANUNCIA MINI COOPER ELÉTRICO PARA 2019
- LUCRO DA HYUNDAI CAI E MONTADORA ALERTA QUE PROBLEMAS COM VENDAS NA CHINA E EUA VÃO PERSISTIR

CÂMBIO EM 26/07/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,157	3,158
Euro	3,672	3,673

Fonte: BACEN

Nova regra do governo pode minar investimento em novas empresas

26/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Norma da Receita Federal estabeleceu faixas de impostos para investidores-anjo, que aportam em micro e pequenas empresas



Receita Federal publicou normativa que institui cobrança de imposto de renda para investidores-anjo. Pillar Pedreira Agência Senado

Uma nova regra, que passou a valer na última semana, pode minar investimentos em micro e pequenas empresas brasileiras. A Receita Federal determinou o recolhimento de Imposto de Renda dos investidores-anjo, que pode chegar a uma taxa de 22,5%.

O valor vai ser cobrado em cima dos rendimentos, ou seja, do valor que superar a quantia investida. São quatro faixas de cobrança, que ficam menores conforme o tempo: 22,5% (contratos com prazo inferior a 180 dias); 20% (181 a 360 dias), 17,5% (361 a 720), e 15% (contratos com prazo superior a 720 dias).

Conseguir um investidor-anjo é a principal forma que empresas que estão começando têm de obter dinheiro. É um dinheiro que entra com pouco compromisso. O "anjo" quase não interfere no dia a dia da empresa, e tem plena noção de que o negócio pode naufragar. A vantagem é que, se a empresa decolar, ele ganha muito dinheiro em pouco tempo.

Por isso o investimento é de alto risco. E de alguma forma considerado "nobre", já que ajuda a avarancar a inovação brasileira. Por esse e outros motivos, o setor foi pego de surpresa com a taxaço imposta pela Receita.

A nova regra é vista como "um retrocesso" pela Anjos do Brasil, entidade que congrega investidores de todo o país. O presidente da Anjos, Cassio Spina, explica que a expectativa era pela isenço do tributo:

"Da mesma forma como já é aplicado em outros setores. Até empresas na bolsa de valores, que são muito mais estruturadas e o risco é muito menor [tem isenço]. A partir do momento que tributa, você deixa de investir em quem mais precisa"

A Anjos participou de uma consulta pública feita pela Receita Federal sobre a citação. Citando, inclusive, um estudo da Grant Thornton que mostra que R\$ 1 gera R\$ 2,50 em tributos, lá na ponta. Além de outros benefícios para a economia, como a geração de emprego e de inovações.

O Sebrae, que também participou da consulta, acredita que a nova regra deve afastar investidores. Principalmente os pequenos, que muitas vezes são pequenos empresários com investimento em um número pequeno de startups, por exemplo.

"Enviamos contribuições técnicas, mas praticamente nada foi alterado no texto original da Receita Federal. Nossos parceiros do mercado investidor receberam com apreensão a IN, pois numa primeira análise ela impacta negativamente as startups, ao priorizar investimentos acima de R\$ 1 milhão e taxar os investimentos de pequeno porte", lamenta o presidente do Sebrae nacional, Guilherme Afif Domingos.

Pessoas físicas X jurídicas

Para investidores-anjo, que são pessoas físicas ou empresas cadastradas no Simples, o imposto retido na fonte será considerado definitivo. Já para pessoas jurídicas tributadas com base no lucro, será considerado antecipação de imposto. São dispensados da retenção de imposto os fundos de investimento que aportarem capital como anjos.

Quem quiser resgatar todo o valor investido (e não só o que "rendeu" da aplicação) na empresa deve esperar um prazo mínimo de dois anos.

Pegou de surpresa

A nova regra para tributos de investidores (Instrução Normativa 1.719) não parece estar em sintonia com outras políticas do governo Michel Temer para startups.

No início do mês de julho, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ampliou de R\$ 2,4 mi para R\$ 10 milhões o valor máximo que as startups podem captar via "financiamento coletivo" (*equity crowdfunding*). A régua também subiu. Antes, só valia para empresas que faturam até 3,6 milhões. Agora, vale para quem gira até R\$ 10 milhões no ano.

A outra notícia que foi recebida de bom grado pelo setor era justamente sobre investidores-anjo. A atividade foi regulada em outubro do ano passado (2016), com a Lei Complementar 155 (que alterou as regras do Simples). Ao criar papéis bem definidos, a normativa protegeu tanto as novas empresas quanto os investidores. Apenas a tributação ficou para ser definida posteriormente, pelo Ministério da Fazenda (o que ocorreu agora).

Alternativas de investimento

Com a nova regra, alternativas de investimentos estão sendo pensadas para micro e pequenas empresas. Para o Sebrae, o financiamento coletivo pela internet (via *crowdfunding* e *equity crowdfunding*)

A advogada Kátia Antunes, especialista em direito empresarial com foco na área societária, acredita que os investidores devem buscar outras modalidades, como aquisição de ações preferenciais, empréstimos garantidos e até participação societária.

São modalidades mais vantajosas, do ponto de vista tributário. Mas um pouco mais complexas, também. O que deve tornar o investidor ainda mais cauteloso na hora de aplicar seu dinheiro, diminuindo as chances de uma empresa inovadora em estágio inicial conseguir dinheiro.

Camex decide adiar fim de acordo marítimo com o Chile para 2020 e desagrada CNI

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) adiou para 2020 o rompimento do acordo de frete marítimo firmado com o Chile desde 1974 que praticamente criou um duopólio na rota entre os dois países.

A Camex decidiu pelo rompimento em 2020, quando termina a vigência do atual contrato, renovado em 2015.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), que defende o rompimento há anos, afirmou, em nota, que o setor privado não encontra nenhuma justificativa “plausível” para a decisão. Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, o convênio estabeleceu cláusula para a dissolução do acordo durante sua vigência, desta forma, não há explicação para a prorrogação do acordo.

“A decisão não ajuda a melhorar a competitividade da indústria. Estamos precisando de soluções imediatas e positivas, que gerem emprego, renda e um ambiente que se permita investir mais. Não é o que acontece com essa decisão”, disse Andrade.

Segundo a CNI, o Chile é o segundo maior parceiro do Brasil na América Latina e a manutenção do acordo vai impedir a criação de mais de 15 mil empregos, vai manter o frete em média 45% acima do mercado, e os preços dos produtos brasileiros importados do Chile vão permanecer em média 5% mais caro.

A confederação afirmou que é difícil entender porque o governo reuniu sete ministros para privilegiar dois armadores estrangeiros em detrimento de 5 mil empresas nacionais. “Ao manter uma reserva de mercado até 2020, o governo continua penalizando diariamente o comércio entre os dois países”, diz a nota.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que o sobrepreço pago pela indústria extrativa que exporta para o Chile, por exemplo, é de 51,4%, as manufaturas pagam 46,4% a mais, a agropecuária 45,1% e o agronegócio 41,5%.

A FGV mostra que as exportações de manufaturas do Brasil para o Chile aumentariam 13,45% e do agronegócio subiriam 11,28% se o acordo fosse denunciado ainda este ano. Os principais benefícios para as exportações chilenas seriam na agropecuária, com incremento de 21,68% e na indústria extrativa, 19,4%.

A CNI avalia que o aumento da importação não é negativo, pois o Brasil importa insumos essenciais para a indústria, como o cobre. Com a abertura de mercado, os ganhos na corrente de comércio são de US\$ 636 bilhões.

Indústria reclama de frete mais caro e pressiona por fim de acordo com Chile

26/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Sob pressão da indústria, a Camex (Câmara de Comércio Exterior) deverá decidir nesta terça (25) pelo fim de um acordo assinado pelo Brasil com o Chile em 1974 e que atualmente restringe o frete marítimo entre os dois países a duas empresas.

O caso chegou à Camex, que reúne sete ministros, em setembro do ano passado, mas a decisão foi paralisada a pedido do Ministério dos Transportes, que pediu mais tempo para estudar o caso.

Nesta terça (25), o colegiado volta a discutir o assunto e a tendência é que o Brasil deverá decidir pelo encerramento do acordo.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) é a maior apoiadora do rompimento, o que também é visto com bons olhos pelos ministérios da área econômica que compõem a Camex.

O argumento é que o duopólio criado pelo acordo faz com que o preço do transporte marítimo seja mais caro e o serviço, de menor qualidade.

São apenas oito os navios que trafegam na rota e nenhum deles dedicado ao transporte de automóveis, um dos alvos de queixa dos industriais.

Segundo o diretor de desenvolvimento industrial da CNI, Carlos Abijaodi, a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) também expressou insatisfação com o serviço, com o propósito de aumentar a carga de grãos que vai para a costa oeste da América do Sul.

"Existe uma queda nos preços do frete marítimo no mundo inteiro e nós, no Brasil, estamos mantendo uma situação que faz com que o custo seja 47% maior. Fica difícil entender por que se demora tanto para se tomar essa decisão", diz.

A CNI fez estudos próprios e a Camex analisa também levantamento feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que aconselham o rompimento tendo em vista a possibilidade de se baratear o frete entre os dois países.

Os ministros da Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo Oliveira (Planejamento) e Marcos Pereira (Desenvolvimento) são favoráveis a encerrar o acordo. O Ministério dos Transportes, segundo apurou a **Folha**, defenderá extensão até 2020.

Além disso, observa Abijaodi, o propósito original do acordo, que era incentivar a indústria naval dos dois países nunca foi cumprido.

"Não há, nem nunca houve, um navio construído no Brasil ou no Chile operando nesta rota", afirma.

Os operadores marítimos questionam a informação e afirmam que, sem a exclusividade na rota, o serviço perde escala e, com isso, se torna inviável o transporte pelo extremo sul do Oceano Atlântico, atravessando o Estreito de Magalhães.

Com o acordo de 1974, só duas empresas cumprem os requisitos para operar pelo sul do Atlântico, duas alemãs a Hamburg Süd (dona da brasileira Aliança) e a Hapag Lloyd (sócia da chilena CSAV).

Segundo Mark Juzwiak, vice-presidente do Sindarma (Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima), estudos feitos pela Antaq (agência de transporte aquaviário) demonstram que o frete para o Chile é equivalente ao para o Peru, país com o qual o Brasil não tem acordo que garante exclusividade a empresas de bandeira local.

Juzwiak afirma que o número pequeno de navios na rota confirma que há pouca demanda pelo transporte pelo sul. O transporte de veículos anual para o Chile, diz ele, equivale a uma semana de embarques para a Argentina, nosso principal mercado consumidor.

No caso dos contêineres, a média mensal de envio ao país é de 700 (de 20 pés), enquanto para a China, por exemplo, é de 130 mil por mês.

"O tráfego é dimensionado para o volume que se tem", diz.

Os operadores afirmam que, em caso de rompimento do acordo, o Brasil dará um péssimo sinal a investidores, uma vez que vai interromper um contrato que foi renovado em 2015 e que tem validade até 2020 (o acordo é renovado a cada 5 anos).

A Aliança, empresa da qual Juzwiak é executivo, investiu R\$ 760 milhões nos últimos três anos e a chilena, US\$ 108 milhões.

Sem o acordo, diz ele, as empresas tenderão a estimular que as cargas brasileiras para o Chile embarquem nas grandes rotas que vão para o Hemisfério Norte, o que obrigaria a fazer transbordo no Caribe, para seguir caminho pelo Canal do Panamá, o que atrasaria a entrega.

"O serviço será pior, com 40 dias a mais de trânsito. Será necessário comprar espaço em outras embarcações.

Temer assina três medidas provisórias para novo marco da mineração

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer vai assinar três medidas provisórias com mudanças no marco regulatório da mineração. A cerimônia de assinatura teve início na tarde desta terça-feira, 25, no Palácio do Planalto.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), os royalties – Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) – vão passar a incidir sobre o faturamento bruto, e não mais sobre o faturamento líquido, como funciona hoje.

Os royalties incidentes sobre o minério de ferro vão ter um teto de 4%, mas terão uma regra diferenciada. A alíquota vai variar conforme a flutuação do preço no mercado internacional.

Os royalties sobre o nióbio serão elevados de 2% para 3%; ouro, de 1% para 2%; diamante, de 2% para 3%. Ouro e diamante decorrentes de garimpagem terão cobrança de 0,2%. Minerais usados na construção civil, por sua vez, terão a alíquota reduzida de 2% para 1,5%.

A divisão da arrecadação da CFEM permanece inalterada: 12% fica com a União, 23% com os Estados e 65% com os municípios.

Temer: modernizamos leis do setor mineral para atrair novos investimentos

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Na segunda agenda tida como positiva do dia, o presidente Michel Temer repetiu nesta terça-feira 25, o que tem dito em relação a algumas medidas como a reforma trabalhista e afirmou que novo Marco da Mineração vai modernizar o Estado brasileiro. "Sinto que estamos colocando o País no século 21", disse.

Durante sua fala, Temer destacou que para que o Estado cumpra seu papel de supervisão com eficiência é que o governo criou a Agência Nacional da Mineração (ANM) e afirmou que a medida havia ganhado muitos aplausos. Após essa afirmação, a plateia formada por aliados e pessoas do setor o aplaudiu e o presidente bem-humorado continuou: "Vocês perceberam que eu sei puxar aplausos."

Segundo Temer, o novo Marco da Mineração dá um passo decisivo para modernizar leis do setor mineral e com isso vai atrair novos investimentos. "A atividade mineradora transforma recursos minerais em riqueza e bem-estar", disse. Temer destacou alguns números do setor, como o superávit e a geração de empregos. "É um setor que emprega 180 mil pessoas diretamente e outras centenas de indiretos".

O presidente disse ainda que as medidas anunciadas hoje eliminam entraves, facilitam as atividades de pesquisa mineral e fortalecem a segurança jurídica. Temer afirmou que em suas viagens internacionais, nas conversas com investidores, as primeiras perguntas são justamente sobre segurança jurídica, por isso a importância das novas regras.

Temer garantiu ainda que o pilar fundamental no novo marco é respeito ao meio ambiente e que é preciso estabelecer um diálogo "fértil entre setor produtivo e meio ambiente". O presidente disse que seu governo alcançou muitos feitos durante apenas 14 meses "graças a um diálogo muito produtivo com Congresso".

Temer chegou ao evento acompanhado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

Marco regulatório vai transformar DNPM em Agência Nacional de Mineração

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O novo marco regulatório da mineração vai transformar o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Agência Nacional da Mineração (ANM). A mudança deve constar de uma das três medidas provisórias que serão assinadas pelo presidente Michel Temer nesta terça-feira, 25, em cerimônia que ocorre no Palácio do Planalto.

O governo vai criar a taxa de fiscalização de atividades minerárias (TFAM). Essa taxa visa garantir o funcionamento da nova agência reguladora. A cobrança será anual e vai variar de R\$ 500,00 a R\$ 5.000,00, dependendo da fase do empreendimento.

As mudanças propostas pelo governo para o novo código de mineração vão alterar 23 pontos específicos da atual legislação. De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), essas mudanças visam melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e novas tecnologias e elevar a participação da mineração no PIB do País, hoje em 4%, para 6%.

Ainda de acordo com o MME, o prazo para realização de pesquisa minerária, hoje de um a três anos, será elevado para dois a quatro anos, e será prorrogável por uma única vez. Prorrogações sucessivas só serão permitidas caso seja comprovado impedimento do acesso à área ou não obtenção de licença ambiental, prejudicando o início das atividades.

Na área ambiental, as empresas serão obrigadas a recuperar áreas ambientalmente degradadas e a executar, adequadamente, antes da extinção do título minerário, o plano de fechamento da mina. A multa será ampliada e terá um teto de R\$ 30 milhões.

Para acabar com as filas na disputa do direito de propriedade para pesquisa, as áreas ficarão disponíveis para disputa em leilão eletrônico caso, em qualquer fase, alguma exigência não seja cumprida pelo interessado. Nessa disputa, vence quem oferecer o maior valor ao governo. Nas áreas livres, permanece o direito de prioridade.

Governo publica MPs que alteram marco regulatório da mineração

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A edição do Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 26, traz publicadas as três medidas provisórias (MPs) que alteram o marco regulatório do setor de mineração anunciadas na véspera pelo presidente Michel Temer. Uma delas cria a Agência Nacional de Mineração em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que será extinto.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, as mudanças propostas pelo governo devem elevar a arrecadação com royalties em 80%. Nesse caso, as receitas com o royalty do setor devem subir R\$ 1,44 bilhão, atingindo R\$ 3,24 bilhões em 2018.

Nas novas regras, a divisão desses recursos não será alterada: 12% ficam com a União, 23% com Estados e 65% com municípios.

Receita com royalties de mineração deve subir 80% após mudanças

26/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Terminal de minério de ferro no Porto do Açu, no Rio de Janeiro

O ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra, estimou nesta terça-feira (25) que a mudança nas alíquotas aumentará em 80% a arrecadação governamental com royalties de mineração.

Os novos percentuais entrarão em vigor a partir de novembro, cumprindo a chamada "noventena". No ano passado, só com os royalties de mineração, a arrecadação foi de R\$ 1,8 bilhão.

O presidente Michel Temer anunciou medida provisória que mudou a base cálculo dos royalties da mineração, que passará ser medido pela receita bruta, não pelo faturamento líquido.

O minério de ferro, por exemplo, passou a ter uma alíquota variável até o limite de 4%, dependendo da flutuação no mercado internacional.

Os percentuais foram elevados para minerais como nióbio (de 2% para 3%), ouro (1% para 2%) e diamante (de 2% para 3%). Para os de uso na construção civil, foram reduzidos de 2% para 1,5%.

Mesmo com as mudanças de percentuais, não ocorreram modificações na divisão dos royalties com as unidades da federação.

Ao todo, o presidente anunciou três medidas provisórias, que alteram 23 pontos do atual código de mineração, com a finalidade de destravar investimentos privados.

Ele criou, por exemplo, a ANM (Agência Nacional da Mineração), que substituirá o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

Foi estabelecida também uma taxa de fiscalização para a nova agência reguladora. A cobrança será anual, variando de R\$ 500 a R\$ 5.000, dependendo da fase do empreendimento.

Em discurso, durante anúncio das medidas para o setor da mineração, o presidente ressaltou que o objetivo delas é atrair novos investimentos ao país

"Nós estamos falando de um setor que gera empregos diretos e indiretos e respondeu por 10% da exportação brasileira em 2016", disse.

CRÍTICAS

As mineradoras que atuam no Brasil consideram o aumento dos royalties da mineração inadequados para o momento atual da economia do país e deverão repassar a nova elevação dos custos à cadeia produtiva industrial, afirmou o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O instituto, que representa as mineradoras, também teme pela perda de competitividade.

"O Brasil é um dos principais exportadores de minério... O aumento do royalty, portanto, torna os nossos produtos menos competitivos no mercado internacional e geram menos receitas, ou divisas, para o país", disse o Ibram, em uma nota.

Setor siderúrgico reduz previsão para vendas de aço no Brasil em 2017

26/07/2017 – Fonte: Reuters

As vendas internas de aço no Brasil devem cair 1,3 por cento em 2017, para 16,3 milhões de toneladas, informou nesta quarta-feira o Instituto Aço Brasil (IABr), revendo estimativa divulgada em abril que previa crescimento de 1,3 por cento nas vendas do setor.

A entidade manteve a estimativa para a produção de aço no país este ano em 32,47 milhões de toneladas, alta de 3,8 por cento ante 2016, por conta da expectativa melhor para as exportações, que devem subir 9,1 por cento, para cerca de 14,7 milhões de toneladas.

A projeção para o consumo aparente, foi cortada de alta de 2,9 por cento para crescimento de 1,1 por cento, a 18,4 milhões de toneladas

INCC-M fica em 0,22% em julho ante 1,36% em junho, aponta FGV

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado (INCC-M) desacelerou entre junho e julho, saindo de alta de 1,36% para elevação de 0,22%, conforme informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta quarta-feira, 26.

O indicador que mede a variação em Materiais, Equipamentos e Serviços subiu ligeiramente para 0,03% em julho, de 0,02% no mês anterior. Já o índice relativo à Mão de Obra teve arrefecimento de 2,48% no sexto mês do ano para 0,37% neste mês.

Das sete capitais analisadas, quatro registraram desaceleração no período: Salvador (2,65% para 0,02%), Brasília (1,67% para 0,37%), Recife (0,06% para -0,06%) e São Paulo (2,14% para 0,02%).

Em contrapartida, apresentaram acréscimo nas taxas de variação Belo Horizonte (-0,05% para 0,00%), Rio de Janeiro (-0,16% para 0,53%) e Porto Alegre (0,27% para 1,12%).

Mão de obra contribui para forte desaceleração do INCC-M em julho

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A forte desaceleração do Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado (INCC-M) em julho ante junho, de 1,36% para 0,22%, foi influenciada pelo arrefecimento do índice que mede as variações em Mão de Obra, que saiu de 2,48% para 0,37%. Neste mês, houve reajustes salariais em Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, conforme Fundação Getulio Vargas (FGV).

O indicador referente a Materiais, Equipamentos e Serviços teve leve alta, de 0,02% para 0,03%. O subgrupo Materiais e Equipamentos também registrou taxa de 0,03% em julho após ter queda de 0,08%. A principal contribuição partiu de equipamentos para transporte de pessoas (-1,24% para -0,88%).

A parcela relativa a Serviços, por outro lado, desacelerou de 0,39% em junho para 0,06% neste mês por influência de taxas de serviços e licenciamentos, cuja taxa passou de 2,18% para 0,11%.

Entre as principais influências individuais de baixa no INCC-M de julho estão elevador (mesmo com a deflação menor, de -1,24% para -0,88%), cimento portland comum (apesar da aceleração da taxa, de -1,16% para -0,72%), vergalhões e arames de aço ao carbono (0,29% para -0,65%), ferragens para esquadrias (0,25% para -1,23%) e gesso (-0,65% para -0,93%).

Já as principais influências de alta foram servente (a despeito da desaceleração de 2,42% para 0,58%), ajudante especializado (mesmo com a taxa mais baixa, de 2,31% para 0,26%), pedreiro (apesar do alívio de 2,41% para 0,42%), carpinteiro (forma, esquadria e telhado), (mesmo com o arrefecimento de 2,69% para 0,39%) e engenheiro (a despeito da alta menos intensa, de 2,24% para 0,41%).

Taxas de juros oscilam perto dos ajustes antes de governo central, Copom e Fed

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Na manhã desta quarta-feira, 26, os juros futuros operam perto dos ajustes da véspera, com viés de baixa nos curtos e intermediários, enquanto os prazos mais longos operavam estáveis, com investidores em compasso de espera pela agenda da tarde, que traz as decisões de política monetária dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos – além dos números do Governo Central de junho. As oscilações do dólar ante o real próximas da estabilidade, sem direção única, estão no radar também.

Às 9h43 desta quarta-feira, o DI para janeiro de 2018 exibia 8,505%, de 8,515% no ajuste de terça-feira, 25. O DI para janeiro de 2019 estava em 8,40%, de 8,41% no ajuste anterior. O vencimento para janeiro de 2021 exibia 9,51%, de 9,50 no ajuste da véspera. O dólar à vista subia 0,09% no mesmo horário, a R\$ 3,1717. O dólar para agosto caía 0,08%, aos R\$ 3,1735.

Com queda de juro, renda fixa diminui atratividade

26/07/2017 – Fonte: R7

Com queda de juro, renda fixa diminui atratividade

Com uma possível queda na taxa de juros de 1 ponto porcentual, os investimentos que dão retornos próximos ao juro básico vão perdendo a atratividade. Porém, mesmo diante de um cenário bem diferente do ano passado, quando a Selic estava em

14,25%, especialistas ainda recomendam cautela na hora de buscar opções que chegam perto dessa rentabilidade.

"Não tem milagre. O investidor gosta de pensar em retorno de 1% ao mês sem risco, mas era uma situação pontual", conta Arnaldo Curvello, diretor da Ativa Wealth Management. Ele pondera que o caso Joesley Batista mostra que a volatilidade sempre existe e, com as eleições de 2018 se aproximando, a incerteza tende a aumentar.

Diante de um cenário que obriga o investidor a sair da zona de conforto, mas "sem se jogar de cabeça", Curvello indica ativos ligados ao crédito de empresas, como CRAs, e fundos que contenham esses títulos - por exemplo, CDBs, LCIs e LCAs. Ele explica que, com a taxa de juros em queda, o risco de crédito, ou seja, de um calote das empresas, também diminui, deixando essas opções mais vantajosas.

Rodrigo Puga, sócio da corretora Modalmais, aconselha o investidor a experimentar aplicações com mais risco por meio dos fundos multimercado, aplicação que mistura em um mesmo pacote renda fixa, ações ou moedas. Ele orienta o investidor a optar por fundos que apresentem rentabilidade constante em vez de olhar só para o retorno final.

Poupança

A queda da taxa de juros básica deixa a renda fixa tão desprestigiada que até mesmo a poupança, opção mais conservadora e conhecida do brasileiro, ganha na rentabilidade se comparada a fundos de renda fixa com mais de 1% de taxa de administração. Segundo levantamento da Anefac, isso se agrava porque, ao contrário da caderneta, que não sofre qualquer tributação, os fundos têm incidência de Imposto de Renda. Para conseguir ganhos melhores, o investidor do fundo tem de abrir mão da liquidez e não economizar tempo para pesquisar taxas menores.

Se o investidor aplicar R\$ 10 mil por 12 meses na poupança, por exemplo, terá acumulado R\$ 10.680. Em um fundo de renda fixa com taxa de administração de 1,50%, o mesmo valor renderia R\$ 10.629.

Selic deve voltar a 1 dígito após 4 anos

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A promessa de condução responsável da política econômica e a meta de inflação menor nos próximos anos são os argumentos da equipe econômica para defender que a queda do juro básico para o patamar de um dígito na reunião de hoje do Comitê de Política Monetária (Copom) será "diferente" da que foi vista nos governos Lula e Dilma. Na ocasião, após cair para um dígito, a Selic subiu logo em seguida.

A expectativa do mercado é que a Selic seja reajustada dos atuais 10,25% ao ano para 9,25%. A taxa ficou em um dígito em apenas duas ocasiões desde a adoção do regime de metas para a inflação, em 1999. Primeiro, no governo Lula, quando operou quase um ano abaixo de 10%, até junho de 2010. O segundo momento aconteceu por um ano e meio até o fim de 2013, quando o Brasil experimentou o menor juro recente: 7,25% no governo Dilma. Nos dois casos, a volta da inflação levou a uma correção de rota.

Agora, a equipe econômica argumenta que o quadro poderá ser diferente. Primeiro, porque o regime de metas de inflação foi ajustado com a adoção de referências mais rígidas. Até 2018, a meta será de 4,5%. Depois, passará a 4,25% em 2019.

Outro fator que dá respaldo ao juro baixo é a própria política econômica. Com a chegada de Michel Temer, alguns procedimentos do governo que influenciam a inflação foram alterados. A política de preços dos combustíveis, por exemplo, foi radicalmente

trocada e os valores passaram a reagir rapidamente à oscilação do mercado. Isso diminui o risco de manobras, como a contenção de preços no governo Dilma.

“A situação atual é completamente diferente da última vez em que os juros ficaram em um dígito. No governo Dilma, o ciclo de expansão estava no limite, a hora era de baixar juros e se insistiu no sentido contrário. Agora o que se discute é que o Banco Central foi lento demais, poderíamos estar com juros na casa dos 7% ao ano. O excesso de prudência postergou a recuperação econômica”, diz Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-presidente do BNDES.

Mônica de Bolle, pesquisadora do Instituto Peterson de Economia, em Washington, concorda que o Banco Central perdeu janelas importantes logo que a nova equipe assumiu, para reduzir os juros. “Tendo em vista o tamanho da recessão, foram excessivamente conservadores, quando se olha a taxa de juros real, demorou demais para cair, o BC estava sendo mais conservador do que precisava.”

“O País tem quase 14 milhões de desempregados, há enorme capacidade ociosa na indústria. Estamos quase em uma depressão e surpreende os juros ainda estarem nesse patamar”, diz José Luiz Oreiro, da Universidade de Brasília (UnB).

Em Brasília, o juro de um dígito é recebido com especial comemoração diante da crise que ameaça Michel Temer. Mas o cada vez mais difícil andamento das reformas é tido como ameaça e o BC reconhece a incerteza como “fator de risco principal para a trajetória da inflação”.

Uma estimativa do site MoneYou e da Infinity Asset Management aponta que, com os juros básicos em 9,25% ao ano, os juros reais no País ficariam em 3,71%, em 12 meses. Economistas ouvidos pela reportagem são mais pessimistas e preveem juros reais ainda acima de 4%.

A diferença só vai cair quando as reformas estruturais forem feitas, diz de Bolle. “Sem mexer em tributação e na questão fiscal, nada feito. O teto dos gastos não basta, teria de ter havido a reforma da Previdência.”

País perdeu poder de geração de clientes de grandes fortunas, diz gestora GPS

26/07/2017 – Fonte: Reuters

O atual cenário do país, com economia retraída e indefinição política, diminuiu a geração de clientes de serviços de gestão de grandes fortunas e afetou a capacidade de poupar de alguns dos investidores com esse perfil, afirmou George Wachsmann, sócio da gestora de patrimônio GPS.

“Lá atrás teve um ciclo de IPO (oferta inicial de ações), de entrada de (investidores estrangeiros). Teve um processo de geração desse tipo de cliente que parou”, disse Wachsmann, cuja gestora administra 25 bilhões de reais de 600 famílias do país.

Neste sentido, Wachsmann vê que a recente retomada no processo de IPOs no país começa a abrir um caminho, ainda que tímido, para a volta da formação de clientes com o perfil da gestora, com investimento acima de 10 milhões de reais.

Até o momento, o país teve cinco IPOs no ano, o maior número desde 2013, quando foram registradas nove operações. Apenas em julho a expectativa é que pelo menos outras duas empresas - IRB Brasil RE e Omega Energia - comecem a ter suas ações negociadas na B3, após a estreia do Carrefour Brasil na semana passada e da Biotoscana, na terça-feira.

"Do ponto de vista de negócios, está mais lenta a geração de cliente no mercado como um todo e... a capacidade deles de poupar diminuiu, provavelmente tendo até que despoupar", disse, acrescentando que o poder de investimento desses clientes foi afetado pela crise econômica que levou empresários a encerrar atividades ou diminuir o tamanhos de suas empresas.

Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) mostram que o total clientes atendidos por gestoras de patrimônio encolheu entre 2012 e 2016, passando de 4.470 grupos para 4.193, sendo que essas contas podem representar investidores individuais ou mais de uma pessoa no mesmo grupo.

Já o total de ativos sob gestão dessas empresas no país cresceu quase 70 por cento no mesmo período, atingindo 90,132 bilhões de reais ao final do ano passado.

Wachsmann destaca que embora alguns clientes tenham visto sua capacidade de poupar afetada, os retornos de seus investimentos vão no sentido contrário e registram números mais consistentes apesar da retração econômica e da crise política.

"Tem uma dissonância entre o que é resultado no portfólio financeiro e o que é a sensação térmica na vida real", disse, acrescentando que nos anos de 2013 e 2014 o desempenho das carteiras foi mais fraco, enquanto desde 2015 os resultados dos investimentos estão mais fortes, "talvez dos melhores anos da história da GPS".

A economia do país cresceu 1 por cento no primeiro trimestre deste ano ante os três meses anteriores, após dois anos seguidos de recessão, a mais longa da história.

O retorno dos investimentos em 2017 permanece sólido apesar do episódio envolvendo a delação de executivos da J&F, controladora da JBS, que envolveu o presidente Michel Temer e desencadeou uma crise política que afetou os mercados como um todo.

O episódio, segundo Wachsmann, afetou as carteiras de investimentos nos meses de maio e junho, mas com os ganhos registrados até abril, o portfólio do ano ainda segue positivo.

Com as incertezas no cenário político, Wachsmann afirmou que há ainda a percepção de uma diminuição momentânea na busca por ativos de maior risco, o que ainda não aconteceu em maior proporção devido à queda das taxas de juros.

"É tão absurdo o excesso de juros que eles vão ser cortados se tiver reformas ou se não tiver reformas", disse o gestor, acrescentando que a mais recente crise política promoveu "uma parada técnica", mas não foi suficiente para alterar completamente os planos de investimentos dos clientes.

A mais recente pesquisa Focus, feita pelo Banco Central mostra que economistas de instituições financeiras esperam um corte de 1 ponto percentual na Selic na próxima semana, com a taxa de juros caindo a 8 por cento no final do ano.

"O cliente quer ir atrás do retorno absoluto... Ou você mantém o risco que tem e aceita um retorno menor ou você persegue o retorno que tinha anteriormente e aceita um risco maior", disse.

Pouco mais de dois meses após a eclosão da crise envolvendo as delações dos irmãos Batista a perspectiva da equipe da GPS é de um cenário "moderadamente otimista" para o país, com a manutenção do ciclo de corte de juros e da agenda de reformas, independente da permanência ou não de Temer no cargo.

Wachsmann destaca que as reformas aprovadas ficarão aquém do que se esperava no começo do ano, mas o cenário ainda indica a possibilidade de algum avanço, com a discussão política em breve voltando para a eleição presidencial de 2018.

O foco para as próximas eleições, segundo o gestor, será a continuidade ou não da agenda de reformas do país, o que deve trazer volatilidade aos mercados conforme as pesquisas de intenção de votos surgirem.

"Pode não estar polarizada em relação a PT/PSDB, mas certamente estará polarizada em dar continuidade a essa agenda ou não", disse Wachsmann.

Não há meta para o PDV do governo, afirma Dyogo Oliveira

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

No esforço para ajustar as contas públicas, o governo analisa a possibilidade de fechar vagas do serviço público, disse nesta terça-feira, 25, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, sem entrar em maiores detalhes. As vagas a serem fechadas não serão necessariamente aquelas resultantes de adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) que o governo pretende oferecer este ano, para gerar efeitos a partir de janeiro de 2018.

"Não estamos prevendo a adesão de um contingente elevado", disse o ministro. Na experiência passada do governo, nos anos 1990, houve adesão de 5 mil servidores. Se o resultado do novo programa for igual, será uma adesão de 1% do universo de servidores ativos. O governo, explicou Dyogo, não tem meta.

O PDV terá um custo num primeiro momento, explicou o ministro. Porém, o gasto será rapidamente compensado com a economia decorrente do enxugamento da folha. "Não se discute a viabilidade econômica do programa", afirmou Dyogo. Ele explicou que a medida só traz benefícios. Para o servidor, que só aderirá se o programa lhe for vantajoso, e para o governo e para a sociedade, pela economia de recursos públicos.

Segundo o ministro, não há recursos para fazer o programa este ano. A ideia é incluir uma verba para esse fim no Orçamento de 2018 e limitar as adesões a esses recursos. A possibilidade de aderir, porém, será aberta este ano.

Por isso, disse o ministro, há justificativa de urgência para edição de uma medida provisória em vez de instituir o programa por um projeto de lei. Essa decisão, porém, será tomada pelo Palácio do Planalto.

Mesmo positivo, PDV ainda é estudo preliminar do Planejamento, diz Meirelles

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou a comentar nesta terça-feira, 25, a iniciativa do governo de colocar em prática um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para o funcionalismo público e disse que o plano terá um impacto positivo. Em entrevista coletiva nesta segunda-feira, 24, em São Paulo, Meirelles se mostrou menos entusiasmado em relação à eficácia do PDV do que seu colega do Planejamento, Dyogo Oliveira, que chegou a prever 5 mil adesões ao programa.

"Sim, é extremamente positivo, é um movimento que, evidentemente, está ainda sendo mensurado e vai depender muito de quantos aderirem ao PDV. Mas dentro desta estimativa muito preliminar do Ministério do Planejamento do número de pessoas que vão aderir, isso pode atingir aí, talvez cerca de R\$ 1 bilhão por ano. Agora, pode ser muito mais ou muito menos, dependendo do número de pessoas que aderirem", avaliou.

Meirelles fez questão, no entanto, de ressaltar que o PDV é um projeto ainda em elaboração. "A notícia de ontem foi, digamos, uma notícia preliminar sobre isso dada pelo Ministério do Planejamento. Não é um projeto final, calculado, organizado, formatado e levado para o presidente da República. São estudos feitos pelo Ministério do Planejamento", enfatizou.

Adesão a plano de demissão voluntária não será elevada, reconhece ministro

26/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, reconheceu nesta terça-feira (25) que a expectativa não é de adesão elevada ao PDV (Programa de Demissão Voluntária) para os servidores públicos federais.

Ao justificar a expectativa de pelo menos 5.000 adesões, ou 1% do total, disse que "muitas pessoas têm opções de estilo de vida e trabalho diferentes".

"Essa é uma medida em discussão, em preparação. Não está divulgada oficialmente, algumas questões estão sendo discutidas", afirmou. "Nossa expectativa é que a adesão não seja em volumes elevados, mas muitas pessoas tem opções de estilo de vida e trabalhos diferentes. Na década de 90 a adesão aproximada foi de 5.000 pessoas. Achamos que pode ser aplicável dessa vez também."

De acordo com o ministro, a estimativa foi feita com base no último PDV de servidores, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

A ideia é que as adesões sejam realizadas ainda neste ano, para serem efetivadas em 2018.

"Como neste ano não há espaço orçamentário, isso será incluído dentro da proposta orçamentária para o ano que vem, e as adesões estarão limitadas ao volume que será incluído no Orçamento", disse. "A adesão vai se dar ao longo deste ano, e a efetivação a partir de janeiro do ano que vem."

Ele confirmou que, se aderir ao programa, o servidor abre mão da Previdência pública.

"O programa é voluntário, a pessoa irá decidir se quer permanecer ou se quer sair do setor público", disse.

Sindicatos são contra PDV e mostram preocupação com impacto do plano

26/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O PDV (Plano de Demissão Voluntária) para servidores do Poder Executivo anunciado nesta segunda-feira, 24, pelo governo federal não agradou os representantes dos trabalhadores, que temem que os servidores acabem aderindo sem avaliar direito o impacto para o futuro.

"Esse programa é mais uma arapuca do governo para o trabalhador. Há uma preocupação de que os trabalhadores possam aceitar essa proposta, mas estamos otimistas que conseguiremos conscientizar os servidores sobre os malefícios deste

programa", afirma o Oton Pereira Neves, secretário-geral Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal.

Neves lembra que o último PDV para os servidores federais ocorreu no governo FHC e diz que vai usar este exemplo para tentar convencer os trabalhadores a não aderirem agora.

"Cerca de 5.000 servidores aderiram ao plano à época e hoje boa parte deles se arrependeu", diz.

"Tem até um projeto de lei, que tenta reverter o PDV porque os benefícios anunciados não foram cumpridos em sua totalidade."

PERTO DA APOSENTADORIA

O secretário-adjunto de relações do trabalho da CUT, Pedro Armengol, também esboça preocupação com o impacto do programa para os trabalhadores e para os cidadãos.

"Estamos trabalhando para mostrar para a categoria que o PDV não é uma alternativa nem para o trabalhador nem para a sociedade, que vai sofrer ainda mais com a falta de funcionários públicos", enfatiza Armengol.

Ele afirma que cerca de 70% dos trabalhadores da União têm mais de 20 anos de serviços prestados e estão próximos a se aposentarem.

"Seria uma loucura jogar tudo isso para o alto por conta de alguns poucos benefícios."

Para o secretário-geral da CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde), Valdirlei Castagna, o PDV não terá grande adesão entre essa categoria.

"Não acreditamos que os servidores vão se aventurar em ficar desempregado diante de toda essa crise e falta de emprego", considera Castagna.

"O que chama a nossa atenção é o fato de que diante de um cenário de carência de profissionais de saúde, o governo incentive a demissão."

CORTE DE DESPESAS

O governo Michel Temer pretende, com o PDV, reduzir em cerca de R\$ 1 bilhão por ano as despesas com a folha de pagamento dos servidores do Poder Executivo.

O plano terá ainda uma opção de redução da carga horária, com diminuição proporcional do salário -de 8 horas diárias para 6 ou 4 horas. Neste caso, haverá um prêmio de 30 minutos por dia.

Os órgãos ligados ao Executivo contam com cerca de 500 mil servidores e, para estimular adesões, o governo pretende pagar 1,25 salário para cada ano trabalhado. O programa deve ficar aberto até 2022.

Sindicombustíveis-PR apoia decisão da Justiça de suspender aumento

26/07/2017 – Fonte: Bem Paraná

Diante da recente notícia sobre liminar da Justiça Federal contra os aumentos de impostos promovidos pelo governo, o Sindicombustíveis-PR emitiu nesta terça (6) nota de apoio à decisão da Justiça de suspender o aumento dos combustíveis.

"O Sindicombustíveis-PR é contrário a alta de impostos e apoia a decisão da Justiça.

Os postos representam o último elo na cadeia de combustíveis, que inicia nas refinarias e passa pelas distribuidoras até chegar aos revendedores.

A partir do momento em que o governo federal baixe os tributos para os patamares anteriores, e refinarias e distribuidoras façam este repasse, a redução chegará aos postos e ao consumidor final", diz a nota

Meirelles avisa que outros impostos podem subir se Justiça vetar aumento de combustíveis

26/07/2017 – Fonte: R7

Juiz federal do DF barrou o reajuste dos tributos na gasolina, no etanol e no diesel



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta terça-feira (25) que não há, no momento, decisão de alterar a meta fiscal para o ano, de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central, e que as questões ligadas à definição desse alvo são tributárias.

O ministro disse ainda que, caso o aumento de impostos sobre combustíveis seja vetado em definitivo pela Justiça, o governo buscará outros impostos para repôr as perdas.

— A meta fiscal é uma proposta que vem do Ministério da Fazenda com a concordância do Ministério do Planejamento e qualquer mudança que houver será uma proposta nossa ao presidente da República. Não há no momento essa decisão, mas como temos dito, nós faremos o que for necessário para o país, dentro de uma perspectiva de realidade tributária.

Meirelles disse não estar sentindo pressão política para afrouxamento da meta em função do aperto em curso nas contas públicas. Também pontuou que em encontros com gestores do mercado financeiro, muitos têm lhe dito considerar necessário alterar a meta em algum momento.

— E eles não são políticos.

Meirelles destacou que o governo pensará em novos impostos como maneira de impulsionar a arrecadação caso seja derrotado em relação à viabilidade legal do aumento de PIS/Cofins sobre combustíveis.

— Certamente, caso isso aconteça, nós estaremos pensando em outras formas de tributo, não há dúvida.

Sobre a suspensão da elevação de impostos nos combustíveis por liminar concedida por juiz federal em Brasília, Meirelles afirmou que a interpretação dos advogados federais é de que a iniciativa do governo está dentro da lei. A AGU (Advocacia-Geral da União) já tinha informado que o governo iria recorrer da decisão.

"Mantemos a serenidade, a tranquilidade e a convicção no que fizemos", afirmou Meirelles, defendendo que a investida não demanda o cumprimento da noventena e pode ser determinada por decreto presidencial.

No último dia 20, o governo anunciou forte elevação nas alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis por meio de decreto, prevendo injeção de R\$ 10,4 bilhões nos cofres públicos, montante considerado crucial pela equipe econômica para o cumprimento da meta fiscal deste ano.

Em relação ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) a funcionários públicos anunciado na véspera pelo ministério do Planejamento, Meirelles afirmou que este não é um projeto final e que estudos sobre o tema seguem sendo conduzidos. Responder com tributo à alta de gasto é estratégia destinada ao fracasso.

Artigo: Responder com tributo à alta de gasto é estratégia destinada ao fracasso

26/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Incapaz de resolver o problema do gasto público, o governo mais uma vez passou o mico para a sociedade.

Para atender a meta de deficit primário de R\$ 139 bilhões, aumentou o tributo sobre combustíveis, medida que, espera-se, irá trazer receitas adicionais da ordem de R\$ 10 bilhões ainda em 2017, ao custo de uma elevação ao redor de 0,6 ponto percentual no IPCA deste ano, que, ainda assim, deverá ficar ao redor de 4%.

Não é uma boa solução. Há, é claro, quem defenda uma tributação mais pesada de combustíveis fósseis, já que seus custos para a sociedade não são totalmente capturados pelos preços. Esta, porém, é uma argumentação de eficiência no uso de recursos e, para ser sincero, deveria ser mais bem embasada, o que não parece ter sido o caso. Na verdade, o real motivo, como antecipado, é elevar as receitas do governo.

Temos mais de um problema com essa proposição. Em primeiro lugar, não se trata de uma estratégia nova. Ao contrário, usamos (e abusamos) do aumento de tributos para conter o deficit público: entre 1997 e os 12 meses até maio de 2017, a arrecadação federal saltou de 15,5% para 18,8% do PIB, aumento de 3,3% do PIB.

No entanto, as despesas federais cresceram bem mais no mesmo período: de 14,2% para 19,8% do PIB, ou seja, elevação de 5,6% do PIB.

Em que pese alguma perda de arrecadação por força da recessão de 2014 para cá, deve ficar mais do que claro que responder ao aumento das despesas com maiores impostos é uma estratégia destinada ao fracasso.

Apenas adia (e cada vez menos) o doloroso encontro com a realidade: o setor público no país saiu de qualquer controle e, enquanto não for domado, não haverá estabilidade possível a médio e longo prazo.

Posto de outra forma, a medida pode até ajudar a atingir a meta em 2017, mas não será à custa da elevação persistente de impostos que conseguiremos reverter a trajetória crescente da dívida pública.

Em segundo lugar, a experiência internacional sugere que há assimetrias importantes entre redução de gastos e elevação de tributos.

Em trabalho publicado em maio deste ano, Alberto Alesina e coautores, examinando 17 países da OCDE entre 1978 e 2009, mostram que reduções de gastos (ou transferências) "causam (...) modesto impacto recessivo no primeiro ano, mas esse efeito já começa a desaparecer no ano seguinte", ponto, aliás, nada sutilmente ignorado por Laura Carvalho.

Já aumentos de impostos têm efeitos recessivos maiores do que cortes de gastos e também mais persistentes. Segundo os autores, "quatro anos após a introdução de um ajuste equivalente a 1% do PIB, o produto é mais do que 1% menor do que seria na ausência do programa".

Como notado, o estudo se refere a economias maduras. Contudo, outro trabalho, de Troy Matheson e Joana Pereira, aplicado precisamente ao caso brasileiro, chega a conclusões semelhantes.

Em particular, "espera-se que, na atual conjuntura, estímulos fiscais [gasto e crédito público] sejam ineficazes", enquanto "ajustes baseados em receitas provavelmente devem levar à freada da atividade".

À luz desses resultados, me pergunto como economistas supostamente preocupados com a recuperação da economia, como Nelson Barbosa, ainda batam na tecla de mais impostos como saída para a crise fiscal.

Não há evidência que demova a ideia fixa.

(Alexandre Schwartzman - Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia).

Governo vê perda diária de R\$78 mi com suspensão de impostos sobre combustíveis

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Funcionário segura bomba de gasolina em posto em São Paulo, no Brasil
08/11/2016 Paulo Whitaker

A Advocacia-Geral da União (AGU) alegou que a suspensão do aumento da alíquota de PIS/Cofins sobre combustíveis vai gerar perdas diárias de 78 milhões de reais, o que pode trazer consequências para o funcionamento da máquina pública.

"A consequência imediata da não suspensão dessa decisão é a necessidade de se aprofundar o contingenciamento do orçamento da União em montante semelhante, com gravíssimas consequências para a prestação dos serviços públicos", escreveram a advogada-geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, e o procurador-geral da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller, ao entrar com recurso para revogar a suspensão.

Na véspera, o juiz federal substituto Renato Coelho Borelli, da 20ª Vara Federal de Brasília, concedeu liminar que suspendeu os aumentos das alíquotas, alegando que esse tipo de decisão só poderia se dar por meio de projeto de lei.

No último dia 20, o governo anunciou forte elevação nas alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis por meio de decreto, prevendo injeção de 10,4 bilhões de reais nos cofres públicos. A maior contribuição veio do aumento do imposto sobre a gasolina, para o patamar de 0,7925 real por litro, ante 0,3816 real hoje. Ou seja, alta de 41 centavos.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse na véspera que, caso o aumento de impostos sobre combustíveis seja vetado em definitivo pela Justiça, o governo buscará outros impostos para repôr as perdas.

A ministra da AGU, também na véspera, havia argumentando que a decisão do governo foi fundamentada na legislação em vigor atualmente, que permite aumento desses impostos por decreto desde que seja obedecido o teto legal.

Liminar contra PIS/Cofins de combustíveis traz prejuízos milionários, diz AGU

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu na noite desta terça-feira, 25, da decisão liminar que suspendeu o aumento das alíquotas de PIS e Cofins sobre combustíveis, decretado pelo governo de Michel Temer na semana passada. A AGU alega que a concessão da liminar representa prejuízo diário ao governo de R\$ 78 milhões.

Na terça, o juiz federal substituto da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, Renato Borelli, concedeu liminar que barrou a alta dos dois tributos em todo o País, alegando que a medida não obedeceu ao princípio da “noventena” e não poderia ser adotada por decreto.

“A cada dia, perde-se R\$ 78 milhões de reais, que deixam de ingressar nos cofres públicos e impedem o financiamento das funções de governo. Sem o ingresso dessa receita no caixa da União, vários programas do Governo Federal estarão ameaçados de continuidade, entre os quais gastos do Ministério da Saúde, de Segurança Pública, execução do Bolsa Família”, alega a AGU no recurso.

Por isso, a Advocacia-Geral pede à Justiça que derrube a decisão de primeira instância até o trânsito em julgado da ação. “No aspecto atinente à economia pública, o perigo de grave lesão é flagrante”, alerta o órgão.

No recurso apresentado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a AGU rebate os argumentos do juiz, defende a constitucionalidade do decreto de Temer, apresenta o grave quadro fiscal do governo para justificar a alta dos tributos e enfatiza que, se a decisão judicial não for revertida, não restará outra alternativa ao governo se não a de paralisar serviços essenciais à população.

A AGU lembra no documento que o decreto “se alinha a uma série de medidas adotadas pela União no sentido de estabelecer o equilíbrio nas contas públicas e a consequente retomada do crescimento econômico”. “Trata-se de medida imprescindível para que seja viabilizada a arrecadação de aproximadamente R\$ 10,4 bilhões entre os meses de julho a dezembro de 2017”, cita.

Para defender a necessidade do aumento dos tributos, a AGU ainda avisa que o contingenciamento do Orçamento deste ano, já bloqueado em R\$ 39,0 bilhões, iria se aprofundar se o governo não optasse pela majoração tributária. Nesse caso, o corte adicional seria de R\$ 16,3 bilhões e não de R\$ 5,9 bilhões, como anunciado no último relatório de receitas e despesas. “O contingenciamento final alcançaria 38% do total, algo impraticável para a execução orçamentária do ano, e afetaria fortemente a continuidade de alguns programas”.

LRF

O órgão ainda ressalta que, devido à frustração de receitas programadas e, sem o contingenciamento, o governo federal estaria descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixa para este ano uma meta de déficit primário de R\$ 139,0 bilhões.

“Nesse sentido, devido à total impossibilidade de novos cortes nas despesas federais – que levariam à paralisação de programas e serviços essenciais à população, tais como, funcionamento de hospitais, compra de vacinas e medicamentos, segurança pública e merenda escolar – o Governo Federal optou pelo o aumento dos tributos referidos”.

Outro alerta importante feito no recurso é sobre a urgência de se ter uma solução para o quadro fiscal o quanto antes. "Não há mais prazo necessário para a implementação de outras medidas tributárias em substituição ao PIS e Cofins sobre combustíveis, ainda no atual exercício, uma vez que, na sua maioria, dependem de aprovação pelo Congresso Nacional", ressalta.

A AGU ainda argumenta que a manutenção da liminar agride a própria Magna Carta, nas disposições que consagram a supremacia do interesse público, destaca que não há dúvidas na jurisprudência nacional de que impedir o recolhimento de cifra milionária em favor de ente federado causa grave lesão à economia e que a liminar contra aumento de tributos interfere "indevidamente" em atividade delegada ao Poder Executivo.

Além disso, o recurso defende que o decreto de Temer não viola os princípios de anterioridade e de legalidade e apresenta várias decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que dispõem sobre a possibilidade do aumento dos tributos ocorrer por meio de decreto e sobre dispensa da "noventena" quando se tratar de redução ou revogação de benefício fiscal.

Governo dirá que noventena não se aplica a regime opcional do PIS/Cofins

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Na defesa que apresentará à Justiça sobre a elevação das alíquotas de PIS e Cofins sobre combustíveis, o governo vai argumentar que a noventena não é exigida nesse caso porque as refinarias e distribuidoras estão enquadradas num regime opcional para o cálculo desses tributos: o das alíquotas "ad rem", que são valores fixos cobrados por litro.

No entendimento dos advogados do governo, a noventena, tal como exigida na liminar que suspendeu o aumento, se aplicaria se esses estabelecimentos estivessem no regime principal do tributo, no qual é aplicada uma alíquota sobre o valor da venda.

No entanto, as refinarias e distribuidoras estão todas no regime opcional porque nele a tributação é menor, mesmo considerando a alta decidida nesta semana. E o regime opcional não é sujeito a noventena, argumentará o governo. "A base jurídica é de um regime opcional, não de um aumento de alíquota geral", disse na tarde desta terça-feira, 25, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Questionado sobre o fato de o preço na ponta haver subido mais do que o estimado, num indício de aumento abusivo, o ministro disse que essa é uma questão a ser examinada pelos órgãos de defesa da concorrência.

AGU recorre contra liminar que suspende reajuste de impostos sobre combustíveis

26/07/2017 – Fonte: R7

Suspensão foi determinada na manhã de terça pelo juiz da 20ª Vara Federal no Distrito Federal

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF-1), sediado em Brasília, para anular a decisão que suspendeu nesta terça-feira (25) o aumento das alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a gasolina, o diesel e o etanol, anunciado pelo governo na quinta-feira (20).

A suspensão foi determinada na manhã desta terça pelo juiz Renato Borelli, da 20ª Vara Federal no Distrito Federal, a partir da motivação de uma ação popular protocolada por um cidadão.

Para o magistrado, o reajuste deveria ter entrado em vigor em 90 dias e não poderia ter sido aprovado por meio de um decreto presidencial, mas por lei ordinária.

A previsão do governo é arrecadar mais R\$ 10,4 bilhões com o aumento do PIS/Cofins sobre os combustíveis, de modo a conseguir cumprir a meta fiscal de déficit primário de R\$ 139 bilhões para este ano.

AGU: 'Lei permite aumento de tributo dentro de teto legal; nós cumprimos isso'

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A ministra-chefe da Advocacia Geral da União (AGU), Grace Mendonça, rebateu o argumento do juiz substituto da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, Renato Borelli, que suspendeu por meio de liminar os efeitos do decreto que elevou o PIS/Cofins sobre os combustíveis. Borelli argumentou que a elevação das contribuições deveria ter sido feita por lei, e não por decreto.

“A legislação permite, sim, (o aumento) por decreto, desde que seja obedecido teto legal e o presidente da República obedeceu este teto legal”, declarou a ministra, ao sair da solenidade que apresentou o novo Código de Mineração, no Palácio do Planalto. “A AGU procurará mostrar isso em juízo”, prosseguiu a ministra, ao avisar que o governo irá recorrer “ainda hoje” e “o quanto antes” da liminar. “Estamos finalizando a peça (jurídica de recurso)”, acrescentou.

Grace rechaçou ainda o princípio da noventena, também considerado pela Justiça, para conceder a liminar que suspendeu o reajuste dos combustíveis, anunciado pelo governo, na semana passada. Na sua decisão, o juiz entendeu que o aumento do PIS/Cofins para o consumidor precisaria cumprir um prazo de 90 dias para entrar em vigor. “Toda atuação do presidente da República é rigorosamente dentro da atuação legal”, concluiu a ministra.

Por que a gasolina não baixa com a mesma rapidez com que sobe em Curitiba?

26/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

A justiça concedeu liminar que reverte o aumento dos combustíveis em todo o Brasil, mas quem abastece o carro em Curitiba pode acabar nem sentindo o efeito dessa queda



A justiça concedeu liminar que reverte o aumento dos combustíveis em todo o Brasil nesta terça-feira (25), mas quem abastece o carro em Curitiba pode acabar nem sentindo o efeito dessa queda. Isso porque a ação foi movida contra a Agência Nacional do Petróleo (ANP), e não contra os postos de gasolina, e existe um caminho burocrático entre a concessão da liminar pelo juiz e a efetiva queda dos preços nas bombas.

Segundo o Sindicombustíveis, que representa os donos de postos, há uma explicação para o reajuste não ser imediato, como foi o aumento. Em nota, o sindicato afirmou que da mesma forma que ocorreu quando os tributos subiram – e esse custo foi repassado ao consumidor –, quando eles chegarem aos postos nos níveis anteriores, os preços mais baixos também serão repassados ao consumidor.

“A partir do momento em que o governo federal baixe os tributos para os patamares anteriores, e refinarias e distribuidoras repassem, a redução chegará aos postos e ao consumidor final”, diz o texto. Mas o sindicato não informou um prazo para que isso ocorra.

O que se sabe é que o tempo para a redução dos preços não será tão curto quanto foi com relação ao aumento. A explicação para o reajuste praticamente imediato na última semana é de que os postos compram combustível praticamente todos os dias das distribuidoras, então já estariam sendo tarifados. O percurso do combustível até chegar ao consumidor começa na refinaria, passa pelas distribuidoras e, só então, chega aos postos.

Preços

A reportagem passou por cinco postos da região central de Curitiba, no fim da tarde desta terça-feira (25), e os preços ainda não apresentavam alterações. Os valores do litro de gasolina variavam entre R\$ 3,69 e R\$ 3,79, valores já com imposto reajustado.

Por meio de nota, a assessoria de imprensa da ANP informou que ainda não tinha sido intimada sobre a decisão liminar para baixar os preços nesta terça. Ou seja, a agência ainda não recebeu a comunicação oficial da justiça para reduzir os tributos nos preços dos combustíveis e assim poder gerar o “efeito em cadeia” até que isso chegue ao bolso do consumidor.

Há um porém. Como a decisão é liminar, cabe recurso, e um efeito suspensivo pode fazer com que o Decreto do aumento dos tributos siga valendo. “A decisão tem eficácia imediata, vai repercutir em toda a cadeia. Com a ressalva de que é liminar, que cabe recurso com efeito suspensivo, o que pode obstar seus efeitos”, explicou a professora.

Mas a professora de direito processual civil da PUCPR, Liliane Busato, afirma que os preços precisam voltar ao que patamar praticado antes do reajuste assim que a ANP seja intimada da decisão. Com a intimação, a validade é imediata. “O juiz entende ser ilegal o aumento do imposto, o que torna sem efeito o Decreto e, automaticamente, tem que haver a redução, porque o decreto que instituiu o aumento deixa de produzir efeitos”, explica.

A reportagem tentou contato com o Sindicom, que representa as distribuidoras de combustíveis, mas não teve êxito. Em nota, a Advocacia Geral da União (AGU) afirma que vai recorrer da decisão.

Confiança do Comércio recua 2,3 pontos em julho, diz FGV

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) recuou 2,3 pontos na passagem de junho para julho, saindo de 85,7 pontos para 83,4 pontos, informou há pouco a Fundação Getúlio Vargas (FGV). “O resultado da Sondagem do Comércio mostra que o aumento da incerteza originado com a crise política pode ter impactado o lado real da economia.

Os indicadores que medem a percepção sobre o nível de demanda atual e as perspectivas para contratações nos meses seguintes estabilizaram-se em níveis mais fracos que os do bimestre abril-maio”, avaliou Aloisio Campelo Junior, superintendente

de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em julho, 11 dos 13 segmentos pesquisados tiveram redução na confiança. A queda do Icom foi determinada por uma piora tanto das expectativas quanto das avaliações sobre o momento presente. O Índice de Expectativas (IE-COM) cedeu 4,0 pontos, para 88,4 pontos, enquanto o Índice da Situação Atual (ISA-COM) caiu 0,4 ponto, para 79,2 pontos.

O indicador de médias móveis trimestrais do IE-COM caiu pelo segundo mês consecutivo, depois de subir entre janeiro e maio. O IE-COM dos revendedores de bens de consumo não duráveis já vinha em queda desde maio, mas o índice dos revendedores de bens de consumo duráveis manteve a trajetória positiva até junho, quando chegou perto de 100 pontos.

Em julho, o IE-COM de bens duráveis recuou, "mostrando que o aumento da incerteza começa a afetar as expectativas de um segmento que vinha se tornando gradualmente mais otimista ao longo do primeiro semestre", ressaltou a FGV.

"Mais sintomática da piora do ambiente de negócios foi a perda de fôlego do segmento revendedor de duráveis, que vinha observando até junho uma recuperação gradual do otimismo alavancada pela queda dos juros e pela entrada de recursos do FGTS", completou Campelo Junior.

A coleta de dados para a edição de julho da Sondagem do Comércio foi realizada entre os dias 3 e 23 do mês e obteve informações de 1.174 empresas.

Sociedade brasileira precisa retornar ao caminho da 'normalidade'

26/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Anúncios de emprego em poste no centro de São Paulo

Há uma necessidade urgente de a sociedade brasileira voltar ao caminho "normal".

Este caminho inclui: 1) um crescimento robusto da produtividade do trabalho a qualquer coisa como 3% e 4% ao ano; 2) com plena liberdade de iniciativa de todo cidadão e aumento da igualdade de oportunidades; 3) solidária com os que, objetivamente, não têm plenas condições de participar com a sua força de trabalho e 4) sustentável não apenas no aspecto ecológico, mas no equilíbrio interno (taxa de inflação e juro real parecidos com os parceiros internacionais), no equilíbrio externo (deficit em conta corrente sob controle e financiável) e no equilíbrio fiscal: superávits primários para sustentar a relação dívida/PIB com folga suficiente para o exercício de uma política anticíclica.

A nação está estarecida. Um incesto entre o poder incumbente e parte do empresariado produziu um monstro teratológico: o "poder econômico" submeteu aos seus desejos parte significativa do Poder Legislativo e do Poder Executivo, pelo financiamento criminoso das "campanhas eleitorais", que foi transformado em "investimentos" de alta taxa de retorno econômico! E, por via indireta, estendeu o seu

poder a parte do Judiciário, que é submetido à aprovação do Legislativo e que depende de promoção pelo Executivo.

Anulou-se, assim, o instrumento de civilização do capital inventado para dar "paridade" de poder ao trabalho por meio do "sufrágio universal" sem a influência do capital. O mais grave crime cometido nessa apropriação foi ter posto em risco o próprio regime democrático, pelo qual, infelizmente, ninguém será apenado!

Mas é preciso reconhecer que são dois problemas distintos. A economia padece do mais profundo voluntarismo econômico que precedeu a eleição de 2014: a tragédia fiscal que nos devora e deixou como herança 14 milhões de desempregados e cuja superação depende de um mínimo de organização política que possa sustentar as "reformas" propostas pelo governo Temer.

Por outro lado, é preciso deixar claro que não foi o Ministério Público que produziu o incesto: a Lava Jato apenas expôs os intestinos daquela relação espúria. Pode até ter contribuído com alguma redução do crescimento a curto prazo, mas seus resultados serão um importante fator de aceleração do crescimento econômico no futuro.

Neste momento, a intriga em Brasília está mais ou menos desativada, o que exige imaginação da imprensa. Talvez fosse bom ela sugerir aos três Poderes da República que sentem-se na mesma mesa com o "livrinho" na mão, para acertarem sem os desejos de "expansão" da autoridade e dedicarem-se à solução do problema político. Só esse entendimento salvará a democracia.

Atendimento em revendas melhora na crise

26/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A crise nas vendas de carros novos, que só agora começa a dar sinais de melhora, continua a incentivar as concessionárias do País a melhorarem o atendimento de pós-venda. O objetivo é obter mais receitas nessa área e reduzir a dependência de ganhos antes focados na venda de modelos zero-quilômetro.

Pelo terceiro ano seguido, aumentou o índice de satisfação dos consumidores com os serviços prestados após a compra do carro, segundo pesquisa da consultoria J.D.Power. A média de satisfação ficou em 791 pontos, numa escala até 1.000. Em 2016 foi de 780 pontos e, em 2015, de 719. Comparado com o mercado americano, a média local está apenas 16 pontos atrás. "Isso mostra maior maturidade do mercado brasileiro", avalia Fabio Braga, diretor da J.D.Power.

A pesquisa é feita em 16 países e, no Brasil, está na terceira edição. Foram ouvidos 4.585 brasileiros que compraram carros novos nos últimos três anos e recorreram às concessionárias para algum tipo de serviço nos últimos 12 meses. São avaliados itens como início e qualidade do serviço, instalações e retirada do automóvel.

Apesar da melhora na avaliação, o consumidor se ressentiu de algumas práticas. A pesquisa mostra, por exemplo, que 79% dos clientes agendaram o serviço via telefone e 10% via internet – provavelmente por falta dessa opção. "A satisfação é maior entre os que usam a internet (829 pontos) em relação aos que fizeram agendamento pelo telefone (790)", diz Braga.

A marca melhor avaliada foi a Hyundai/Caoa, com 830 pontos. A Toyota, que ficou em primeiro lugar em 2016 e 2015, caiu para a segunda posição (817), empatada com Mitsubishi. A quarta foi a Honda (812) e a quinta a Hyundai-HMB (806).

Camex adia decisão sobre aumento da tarifa de importação do etanol

26/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Máquinas agrícolas durante colheita de cana-de-açúcar em Mirante do Paranapanema (SP)

A Camex (Câmara de Comércio Exterior) adiou por 30 dias a decisão sobre o aumento da tarifa de importação do etanol.

A equipe econômica pediu o adiamento para estudar uma proposta alternativa dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento, que sugere uma cota de até 500 milhões de litros com zero de imposto. A partir desse volume, a tarifa subiria para 20%.

De janeiro a junho a importação foi mais do que o dobro disso e alcançou 1,2 bilhão de litros.

O argumento do Ministério da Agricultura é que os EUA estão com estoques muito altos e isso está provocando uma inundação de etanol dos EUA no país.

Por outro lado, o Ministério da Fazenda argumenta que barreiras que segurem a entrada de etanol podem fazer com que o etanol suba de preço. E o combustível já está mais caro desde a semana passada, quando o governo decidiu elevar o PIS/Cofins.

A palavra final foi adiada para uma reunião extraordinária do colegiado, que reúne sete ministros, daqui a 30 dias.

EM 2020

A indústria acabou frustrada com o pedido que havia feito ao governo para romper o acordo de frete marítimo com o Chile.

Firmado em 1974, o acordo restringe atualmente o comércio entre os dois países a apenas duas empresas.

A Camex decidiu pelo rompimento mas só em 2020, quando termina a vigência do atual contrato, renovado em 2015.

Em nota emitida nesta terça (25), a CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirma que o duopólio prejudica 3.600 exportadores brasileiros. O Chile é o segundo principal destino das vendas externas do país no continente.

"A decisão não ajuda a melhorar a competitividade da indústria. Estamos precisando de soluções imediatas e positivas", diz a nota. "Não é o que acontece com essa decisão".

MÁQUINAS IMPORTADAS

A Camex decidiu ainda zerar a tarifa de importação de máquinas e equipamentos, bens de informática e de telecomunicações que não sejam fabricados no Brasil.

Atualmente, essas máquinas pagam 2% para entrar no Brasil.

A medida foi proposta pelo Ministério do Desenvolvimento e aprovada por unanimidade pelos demais seis ministros que compõem o colegiado. E tem como objetivo baratear os custos de investimento.

Após reinar sozinha, Ford baixa preço do novo EcoSport para enfrentar rivais

26/07/2017 – Fonte: R7

Responsável pela introdução do segmento que mais cresce em vendas no Brasil e globalmente, o utilitário esportivo (SUV) EcoSport, da Ford, chega ao mercado em agosto com design renovado, mais seguro e conectado. A versão "top de linha" também ficou um pouco mais em conta do que a anterior - estratégia da fabricante para enfrentar a acirrada concorrência.

O novo EcoSport teve o desenvolvimento bancado pelas unidades da Ford dos Estados Unidos, Europa, Ásia e América Latina, sob liderança da engenharia brasileira, que criou o modelo em 2003. A versão renovada será vendida em 144 países, começando pelo Brasil. As duas gerações anteriores venderam 600 mil unidades no País.

Sua chegada acirra uma disputa que já é grande. Nos últimos dois anos, sete novos SUVs, quase todos compactos, começaram a ser fabricados no País. E haverá mais novidades. Volkswagen e General Motors também vão entrar no segmento.

Os SUVs compactos são os preferidos dos consumidores brasileiros e também têm atraído clientes em outros mercados, como os EUA, onde o EcoSport será vendido em 2018, importado da Índia. Além do Brasil, ele é fabricado na Romênia, Rússia e Venezuela.

"As vendas de SUVs mais do que dobraram no mundo todo nos últimos seis anos", afirma Rodrigo Custódio, diretor da consultoria Roland Berger. Segundo ele, em 2010 o segmento vendeu 10 milhões de unidades, volume que, no ano passado, ficou na casa de 26 milhões de unidades. No Brasil, em igual intervalo, as vendas saltaram de 215 mil para 302 mil unidades, em meio à crise econômica.

No primeiro semestre deste ano, as vendas locais de SUVs aumentaram 26,5% em relação ao mesmo período de 2016, somando 182,3 mil unidades. Já o mercado total de automóveis e comerciais leves cresceu 4,3%, para 951,2 mil unidades.

Na opinião de Custódio, este "é o melhor segmento para se lançar um produto no momento". Seguindo a lógica, foram lançados de 2015 para cá os modelos Honda HR-V e WR-V, os Jeep Renegade e Compass, o Nissan Kicks, o Renault Captur e o Hyundai Creta.

É com esses modelos, além de Renault Duster, Peugeot 2008 e Chevrolet Tracker, que o novo EcoSport, apresentado oficialmente ontem em evento no Recife (PE), disputará a preferência dos consumidores para recuperar presença no mercado. De 2003 a 2011, o carro da Ford, o primeiro da marca 100% desenvolvido no Brasil, reinou sozinho no segmento. Com a chegada de concorrentes, perdeu espaço e hoje está em quinto lugar na lista dos mais vendidos, atrás de HR-V, Compass, Renegade e Creta.

"Não sei se o EcoSport vai voltar à liderança, mas será um player (jogador) importante", diz Rogelio Golfarb, vice-presidente de Assuntos Corporativos da Ford América do Sul.

Uma das estratégias da empresa é o preço. O modelo mais caro da linha, o Titanium, com motor 2.0 e transmissão automática, custa R\$ 94 mil - R\$ 700 a menos comparado à versão que sai de linha.

O gerente-geral de vendas da Ford, Maurício Greco, afirma que o carro recebeu novos equipamentos que equivalem a R\$ 10 mil, entre os quais airbag de joelho, sistema de monitoramento de ponto cego, alerta de tráfego cruzado e mais conectividade, com tela de 8 polegadas.

Nas outras versões houve aumento. A intermediária passa de R\$ 80,3 mil para R\$ 81,5 mil e a de entrada, de R\$ 72,8 mil para R\$ 74 mil. Os dois carregam, respectivamente, R\$ 7 mil e R\$ 5 mil em novos equipamentos, diz Greco. Todas as versões têm sete airbags, novo motor e vários itens antes não disponíveis.

Segundo Golfarb, reduzir o preço ou aplicar reajustes menores no novo EcoSport foi possível porque o investimento no produto foi compartilhado e focado nas mudanças. A base é a mesma do anterior.

Outro desafio para o EcoSport é ajudar a Ford a se estabelecer como quarta maior montadora em vendas no País, posto ocupado por muitos anos, mas perdido em 2016 para Hyundai e Toyota, quando caiu para a sexta posição.

Nesse primeiro semestre, a marca recuperou o quarto lugar, com 93.486 carros vendidos, mas segue pressionada pela Hyundai, com 93.282. "Claro que queremos segurar essa posição, mas só faz sentido se for com saúde operacional", pondera Greco.

Reino Unido vai proibir novos carros a gasolina e diesel a partir de 2040, diz ministro

26/07/2017 – Fonte: R7

Governo britânico sofre pressão para reduzir poluição atmosférica



Medida restritiva acelerará o declínio dos carros a diesel no Reino Unido Reuters

O Reino Unido irá proibir a venda de novos carros movidos a gasolina e diesel a partir de 2040, como parte de um plano para tirá-los completamente das ruas 10 anos depois, anunciou o ministro do Meio Ambiente, Michael Gove, nesta quarta-feira (26).

O anúncio veio na esteira de um semelhante feito pelo governo da França no início deste mês, e cidades alemãs como Stuttgart e Munique também disseram estar cogitando banir alguns veículos a diesel.

O governo britânico vem sendo pressionado para adotar medidas para reduzir a poluição atmosférica desde que perdeu processos apresentados por grupos de ativistas, e em maio delineou propostas para um esquema de descarte para se livrar dos veículos mais poluentes.

Antes da eleição de junho, o governista Partido Conservador prometeu tornar "quase todos os carros e vans" emissão zero até 2050.

"Hoje estamos confirmando que isso significa que não deve haver novos carros a gasolina e diesel a partir de 2040", afirmou Gove à rádio BBC.

A medida provavelmente acelerará o declínio dos carros a diesel no segundo maior mercado da Europa, onde eles são culpados pela má qualidade do ar.

O escândalo de fraude nos testes de emissões da Volkswagen acentuou as preocupações com o diesel.

Gove também disse que o governo irá disponibilizar o equivalente a 260 milhões de dólares (R\$ 826 milhões) às autoridades locais em breve para esquemas de restrição de acesso de veículos a diesel a ruas poluídas.

Ele disse preferir restrições rua a rua para carros a diesel, ao invés de proibições gerais para centros de cidades ou esquemas de descarte custosos, mas não os desconsiderou totalmente se eles forem da preferência de autoridades locais.

No início deste mês a Volvo se tornou a primeira grande montadora tradicional a estabelecer uma data para a eliminação gradual de veículos movidos unicamente por motores de combustão interna, dizendo que todos os seus modelos de carros lançados depois de 2019 serão elétricos ou híbridos.

A demanda de carros a diesel caiu 10 por cento na primeira metade do ano no Reino Unido, e a venda de veículos a gasolina cresceu 5 por cento, de acordo com dados da indústria.

Já as vendas de modelos elétricos ou híbridos aumentaram quase 30 por cento no mesmo período, o setor de crescimento mais rápido do mercado, mas estes ainda representam menos de 5 por cento dos registros de carros novos.

Lucro líquido da GM sobe 8,5% no primeiro semestre

26/07/2017 – Fonte: Automotive Business

O lucro líquido da GM aumentou 8,5% no primeiro semestre ao totalizar US\$ 5,1 bilhões sobre os US\$ 4,7 bilhões apurados em igual período do ano passado, informa em balanço divulgado ao mercado financeiro na terça-feira, 25. Contudo, o lucro líquido diluído por ação diminuiu 11,4%, passando de US\$ 4,81 para US\$ 4,26 na comparação anual. Apesar disso, a General Motors manteve sua previsão de lucro para o ano, quando espera alcançar entre US\$ 6 e US\$ 6,5 por ação.

A receita da montadora cresceu 5% no período, passando de US\$ 70,3 bilhões para US\$ 74,2 bilhões, embora ela tenha diminuído 1% no segundo trimestre do ano, para US\$ 37 bilhões na comparação com o segundo trimestre de 2016. A GM incorporou ainda uma perda de US\$ 770 milhões com a decisão de sair da Europa a partir da venda das operações da Opel / Vauxhall para o Grupo PSA, consolidado neste ano.

De acordo com a agência de notícias Reuters, os resultados foram divulgados em um momento em que o mercado financeiro está preocupado com a possibilidade da indústria automotiva nos Estados Unidos estar entrando em uma nova recessão: há quatro meses consecutivos as montadoras têm divulgado queda nas vendas.

Além disso, os analistas apontam para um alto estoque de veículos na GM nos Estados Unidos, o que reflete na decisão da montadora em cortar sua produção local em 150 mil veículos no segundo semestre na comparação com o primeiro, além de armazenar picapes e veículos utilitários esportivos antes do fechamento planejado de fábricas

para equipá-las para produção de novos modelos, disse o diretor financeiro Chuck Stevens ao apresentar o balanço do semestre à imprensa local.

As vendas de veículos da companhia recuaram 0,8% nos seis primeiros meses do ano, para pouco mais de 1,69 milhão na América do Norte. Exceto pela América do Sul, onde as vendas da GM cresceram 14,4%, para 308 mil unidades, todas as demais regiões onde a montadora atua houve queda nas vendas. No total global, as vendas da GM caíram 1,7% no semestre, totalizando 4,68 milhões de veículos.

MAN LA reúne concreteiras na fábrica de Resende

26/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A MAN Latin America reúne esta semana concreteiras do Sul do País em sua fábrica, em Resende (RJ), para uma rodada de negócios voltada ao setor. Com condições comerciais diferenciadas, a montadora oferece também contratos de manutenção competitivos e estudos de custo operacional específicos para cada cliente.

A montadora teve bom volume de vendas no segmento de betoneiras nos últimos três anos e quer ampliar sua participação nesse mercado. Os representantes das concreteiras podem até testar as vantagens dos caminhões automáticos.

Os Constellation 26.280 e 31.280 se destacam no uso de betoneiras. Já o Worker e o Constellation 15.190 são apropriados como autobombas para lança de concreto. E o Constellation 31.330, como bomba-lança em construções de grande porte.

As opções da MAN Latin America também incluem cavalos-mecânicos para grandes carregamentos de areia e cimento.

Saint Gobain compra Tekbond, do ramo de cola e adesivos

26/07/2017 – Fonte: Automotive Business

O Grupo Saint Gobain anuncia a compra da Tekbond, empresa do ramo de cola e adesivos, produtos selantes, travas químicas e silicones que atende diferentes segmentos, como o automotivo, construção civil, industrial, moveleiro, consumo e artesanato. As linhas dos produtos da nova controlada serão incorporadas à divisão de materiais de alta performance da Saint Gobain.

Esta é a segunda aquisição do grupo neste ano na área de abrasivos e selantes: em fevereiro, anunciou a compra da Adespec. Além disso, é a terceira compra do grupo neste ano, considerando outros segmentos em que atua.

“Somada às outras seis operações realizadas desde 2016, esta aquisição vai ao encontro da estratégia da empresa em continuar investindo e apostando no mercado brasileiro”, afirma o presidente da Saint-Gobain para o Brasil, Thierry Fournier.

A operação, cujo valor não foi revelado, aguarda aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Grupo BMW anuncia Mini Cooper elétrico para 2019

26/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Logo do Mini E, versão elétrica do Mini Cooper, que será produzido a partir de 2019

Como forma de reforçar sua estratégia focada em carro elétrico, o Grupo BMW anunciou na terça-feira, 25, que iniciará em 2019 a produção do Mini Cooper E, versão 100% elétrica do hatchback, que continuará com as opções a diesel e a gasolina, além de um híbrido plug-in no futuro.

O modelo entrará em linha no centro para a mobilidade elétrica da companhia, que conta com duas fábricas, em Dingolfing e outra a 27 quilômetros de distância, em Landshut, ambas no estado da Baviera, na Alemanha. Posteriormente, a nova versão elétrica do Mini também será incorporada na planta de Oxford, na Inglaterra, principal local de produção do modelo.

“As plantas em Dingolfing e Landshut desempenham um papel de liderança na nossa rede de produção como o centro de competência global para a mobilidade elétrica. Nosso sistema de produção adaptável é inovador e capaz de reagir rapidamente à demanda crescente dos clientes. Se necessário, podemos aumentar a produção de componentes de motor de transmissão elétrica de forma rápida e eficiente, de acordo com a evolução do mercado”, afirma o membro do conselho de administração do Grupo BMW para produção, Oliver Zipse.

O modelo vem reforçar a estratégia da companhia focada em modelos elétricos: a empresa projeta que em 2025, os carros elétricos responderão por 15% a 25% de suas vendas no mundo. O grupo projeta a venda de 100 mil carros elétricos neste ano, resultando em 200 mil unidades rodando pelo mundo, uma vez que as vendas do ano passado da divisão BMW i também somaram 100 mil unidades (leia [aqui](#)).

No entanto, a aposta na demanda crescente de carros elétricos vão depender de fatores como regulação, incentivos e infraestrutura de recarga, que terão um papel importante na determinação da escala de eletrificação em cada mercado.

Para reagir de forma rápida e adequada à esta demanda mundial por elétricos esperada pelo Grupo BMW, a empresa desenvolveu um sistema flexível em toda a sua rede global de produção. No futuro, tal sistema criará estruturas que permitem que as fábricas produzam modelos com motor a combustão, híbrido plug-in ou totalmente elétricos ao mesmo tempo.

Atualmente, o grupo produz elétricos em dez unidades em todo o mundo. Desde 2013, todos os componentes e outros elementos importantes para estes modelos provêm das plantas da Baviera, onde são produzidas versões híbrido plug-in do Série 5 e Série 7 e onde também será fabricado o BMW i Next a partir de 2021. Até agora, a unidade de Dingolfing já recebeu mais de € 100 milhões em investimentos e deve receber ainda mais à medida que a gama de carros elétricos do grupo seja expandida.

Além do Mini Cooper E, a gama contará ainda com os já confirmados BMW i8 Roadster, que se tornará o mais novo membro da família BMW i, que já conta com o elétrico i3 e o esportivo híbrido i8. O BMW X3 totalmente elétrico foi anunciado para 2020 e o BMW iNext para 2021. Na gama Mini, a marca conta com o Cooper SE Countryman ALL4 na versão híbrida plug-in, fabricado na Holanda.

Lucro da Hyundai cai e montadora alerta que problemas com vendas na China e EUA vão persistir

26/07/2017 – Fonte: Reuters

A Hyundai Motor registrou seu menor lucro trimestral em cinco anos, que ficou abaixo das estimativas, e alertou que o segundo semestre de 2017 pode ser desafiador por questões políticas que afetam as vendas na China e pela persistente demanda fraca nos Estados Unidos.

A empresa sul-coreana -que junto com a afiliada Kia Motors é quinta maior montadora do mundo- tem apostado que o lucro vai se recuperar gradualmente, mas seus planos foram interrompidos com a reação da China sobre a decisão de Seul de implantar um sistema antimíssil, o Terminal de Alta Altitude da Área (Thaad) dos Estados Unidos.

A demanda menor nos EUA, segundo maior mercado da montadora após a China, também cobrou seu preço, uma tendência que a empresa sul-coreana alertou que persistirá pelo resto do ano, com seu sedã Sonata perdendo espaço em um mercado dominado por veículos esportivos utilitários (SUVs).

"O ambiente de negócios desafiador deve permanecer no segundo semestre devido a fatores externos negativos, como a desaceleração na demanda dos EUA e a questão da China com o Thaad", disse o diretor financeiro da Hyundai, Choi Byung-chul, em uma conferência de resultados.

Mais cedo nesta quarta-feira, a Hyundai Motor disse que o lucro líquido caiu pela metade no segundo trimestre ante um ano antes, para 817 bilhões de won (equivalentes a 729,14 milhões de dólares) - sua décima quarta queda consecutiva na comparação anual e o menor desde o primeiro trimestre de 2012. Analistas, em média, esperavam lucro de 1,35 trilhão de won.

O lucro operacional foi de 1,34 trilhão de won e as vendas somaram 24,31 trilhões de won no período.